



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

CONCURSO PÚBLICO

**CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (PEÇAS E
ACESSÓRIOS) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DE
VEÍCULOS PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

ARTIGO 1º
IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO

O presente concurso público tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (PEÇAS E ACESSÓRIOS) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**, conforme previsto no caderno de encargos.

ARTIGO 2º
ENTIDADE ADJUDICANTE

A Entidade Adjudicante é a seguinte:

Município de Loulé

Praça da República

8104-001 Loulé

Telefone: 289 400600 / 289 400834

Telefax: 289 400697

ARTIGO 3º
ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

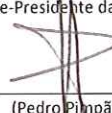
A decisão de contratar foi tomada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 24.07.2018, no âmbito da delegação de competências em matéria de autorização para realização de despesas.

Artigo 4º
CONSULTA DO PROCESSO E ESCLARECIMENTOS

1. As peças que constituem o Procedimento, o Anúncio, o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, encontram-se disponíveis para consulta na **DIVISÃO DE GESTÃO DO PATRIMÓNIO MUNICIPAL E APROVISIONAMENTO** da Entidade Adjudicante a acima mencionada (sita no Edifício Paços do Concelho - Praça da República, 8104-001 Loulé), cujo horário de atendimento é das 9.00H às 17.00H, desde o dia da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

2. As peças do procedimento encontram-se igualmente disponíveis na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante: <http://www.saphety.com/saphetygov>, onde podem ser consultadas e copiadas gratuitamente.

3. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao Júri do Concurso, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, exclusivamente através da referida plataforma eletrónica.

4. Os esclarecimentos serão prestados pelo Júri, também por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica.

O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros e omissões das peças do procedimento nos termos e prazo indicados.

Os esclarecimentos e as retificações serão disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento patentes para consulta.

5. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

6. Os interessados dispõem do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas para apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.

ARTIGO 5º

CONCORRENTES

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.

2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que incorram em qualquer dos impedimentos previstos no artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

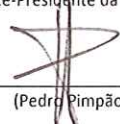
3. Podem ser candidatos ou concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

4. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.

5. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

6. Em caso de adjudicação, todos os membros de agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar--se, antes da celebração do contrato.

ARTIGO 6º

MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DATA LIMITE DE ENTREGA

Os documentos da proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante: <http://www.saphety.com/saphetygov> , até às 18h00m do 12º dia a contar da data do envio do respetivo anúncio para publicação em Diário da República.

ARTIGO 7º

PROPOSTA

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos (documentos de entrega obrigatória, sobre pena de exclusão):

1.1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do Código dos Contratos Públicos (e que se junta no anexo I ao presente Programa de Procedimento), assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar (*documento a anexar pelo concorrente*).

1.2. No caso de pessoa coletiva o concorrente deve juntar cópia da Certidão de Inscrição no Registo Comercial e declaração da representação de poderes, no caso da proposta e restantes documentos serem assinados por representante com poderes para obrigar o concorrente. (*documento a anexar pelo concorrente*).

1.3. Documentos dos quais constem os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, sem dispensa de apresentação dos seguintes:

- I) VALOR GLOBAL PARA A PRESENTE CONTRATAÇÃO (DE ACORDO COM A MATRIZ DE QUANTIDADES DISPONIBILIZADA);
- II) PREÇO MÃO-DE-OBRA /HORA (*documentos a anexar pelo concorrente*);
- III) PERCENTAGEM DE DESCONTO DAS PEÇAS (*documentos a anexar pelo concorrente*);
- IV) PREÇO DO SERVIÇO DE DIAGNÓSTICO E RESET DE AVARIAS (*documentos a anexar pelo concorrente*);
- V) PRAZO DE RESPOSTA DE ORÇAMENTAÇÃO (*documentos a anexar pelo concorrente*);
- VI) PRAZO DE RESPOSTA DE REPARAÇÃO (*documentos a anexar pelo concorrente*);
- VII) PRAZO DE GARANTIA DAS REPARAÇÕES INCLUINDO AS PEÇAS E ACESSÓRIOS (*DOCUMENTOS A ANEXAR PELO CONCORRENTE*).



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pinhão)

1.4. Documentos que contenham os **termos ou condições** relativos a aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a Entidade Adjudicante pretende que o concorrente se vincule, designadamente os seguintes (documentos de entrega obrigatória, sobre pena de exclusão):

i) DECLARAÇÃO DE REPRESENTANTE E DISTRIBUIDOR OFICIAL DA MARCA MAN (DOCUMENTO A ANEXAR PELO CONCORRENTE).

1.5. Quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta.

2. As propostas devem respeitar os seguintes elementos formais:

2.1. Os documentos da proposta devem ser assinados eletronicamente com um certificado qualificado emitido por entidade autorizada para o efeito, conforme relação de entidades certificadoras registadas na Autoridade Credenciadora disponível em www.gns.gov.pt. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

2.2. As propostas e documentos que as acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declare aceitar a sua prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

2.3. Quando a proposta seja apresentada por agrupamento concorrente a declaração referida em 1.1. deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes. No caso de fazerem parte do agrupamento pessoas colectivas deve juntar cópia das respetivas Certidões de Inscrição no Registo Comercial.

3. Documentos que contenham os esclarecimentos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte, direta ou indiretamente, das peças do procedimento, de acordo com o mencionado no artigo 17º do Caderno de Encargos, a solicitar pelo respectivo júri do procedimento aquando da análise de propostas.

4. Não são admitidas as propostas que envolvam alterações às cláusulas do caderno de encargos.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

5. Não são admitidas propostas com variantes.

6. As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

7. O prazo de manutenção das propostas é de 90 dias contados da data limite para a sua entrega.

8. Os preços constantes da proposta deverão ser indicados em algarismos e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência estes prevalecem, para todos os efeitos sobre os indicados em algarismos. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

ARTIGO 8º

CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1- A adjudicação será feita segundo o CRITÉRIO DA PROPOSTA ECONOMICAMENTE MAIS VANTAJOSA, na modalidade melhor relação qualidade-preço, na qual o critério de adjudicação é composto por um conjunto de factores relacionados com diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, conforme o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 74º do Código dos Contratos Públicos.

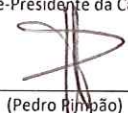
2- Que o critério seja constituído pelos seguintes fatores, por ordem decrescente de importância:

Fatores	Ponderação
Preço Mão-de-obra /hora	35 %
Percentagem de Desconto das Peças	25 %
Preço Serviço de Diagnóstico e Reset de Avarias	15 %
Prazo de Resposta de Orçamentação (a)	10 %
Prazo de Resposta de Reparação (b)	10 %
Prazo de Garantia das Reparações Incluindo as Peças e Acessórios	5 %

a) O prazo de resposta de orçamentação consiste no intervalo de tempo entre o momento da receção da viatura e o do envio do orçamento de reparação, expresso em horas e respeitando intervalo de valores mencionado no modo de avaliação.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pinheiro)

- b) O prazo de resposta da reparação consiste no intervalo de tempo entre o momento da comunicação de aceitação do orçamento e o do início da reparação, expresso em horas e respeitando o intervalo de valores mencionado no modo de avaliação.

O preço base deste concurso é de € 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil euros), sem IVA incluído, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com as alterações introduzidas pelas Declarações de Retificação n.º 036-A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017, de 30 de novembro, na sua redação atual.

3- O procedimento de cálculo da pontuação para cada fator deverá ser efetuado da seguinte forma:

Modelo de Avaliação

A quantificação do mérito das propostas será realizada de forma linear e de acordo com a aplicação das seguintes fórmulas matemáticas:

a) Quanto ao Fator Preço da Mão-de-Obra/Hora (35%):

$L_{sup} =$	Limite superior da pontuação	5
$L_{inf} =$	Limite inferior da pontuação	1
$F_x =$	Preço proposto	Variável
$F_a =$	Maior valor considerável (sem IVA incluído)	50,00 €
$F_b =$	Menor valor considerável (sem IVA incluído)	25,00 €
(FP) Avaliação do Fator Preço mão-de-obra/hora = $[L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$ x Ponderação		

b) Quanto ao Fator Percentagem de Desconto nas Peças (25%):

$L_{sup} =$	Limite superior da pontuação	5
$L_{inf} =$	Limite inferior da pontuação	1
$F_x =$	Quantidade apresentada	Variável
$F_a =$	Maior valor considerável	40%



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

$F_b =$	Menor valor considerável	0%
---------	--------------------------	----

(FPDP) Avaliação do Fator Percentagem de Desconto nas Peças = $[L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_a) / (F_b - F_a))] \times$ Ponderação

O desconto deverá incidir sobre todas as peças a aplicar, sendo o desconto sobre o Preço de Venda ao Público praticado pelo prestador de serviço, em qualquer fase do processo e sempre que a entidade pública assim o entender, podendo solicitar cópia da tabela de Preço de Venda ao Público.

Se na proposta houver descontos diferentes para diversas categorias de peças, para efeitos de avaliação deste fator será considerado o menor dos descontos propostos.

c) Quanto ao Fator Preço dos Serviços de Diagnóstico e Reset de Avarias (15%):

$L_{sup} =$	Limite superior da pontuação	5
$L_{inf} =$	Limite inferior da pontuação	1
$F_x =$	Preço proposto	Variável
$F_a =$	Maior valor considerável (sem IVA incluído)	55,00 €
$F_b =$	Menor valor considerável (sem IVA incluído)	25,00 €

(FPDR) Avaliação do Fator Preço dos Serviços de Diagnóstico e Reset de Avarias = $[L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))] \times$ Ponderação

d) Quanto ao Fator Prazo de Resposta de Orçamentação (10%):

$L_{sup} =$	Limite superior da pontuação	5
$L_{inf} =$	Limite inferior da pontuação	1
$F_x =$	Quantidade apresentada	Variável
$F_a =$	Maior valor considerável	72 Horas
$F_b =$	Menor valor considerável	7 Horas

(FPRO) Avaliação do Fator Prazo de Resposta de Orçamentação = $[L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))] \times$ Ponderação



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

e) Quanto ao Fator Prazo de Resposta da Reparação (10%):

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	5
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	1
$F_x=$	Quantidade apresentada	Variável
$F_a=$	Maior valor considerável	5 Dias
$F_b=$	Menor valor considerável	1 Dia

(FPRR) Avaliação do Fator Prazo de Resposta da Reparação = $[L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_b) / (F_a - F_b))]$ x Ponderação

Levantamento de todos os materiais e de toda a intervenção com apresentação de relatório de diagnóstico, mencionando o prazo de execução e o valor do serviço.

Em caso de situações excecionais, que por algum motivo, desde que devidamente fundamentado, ultrapassem o prazo de reparação apresentado na proposta, deverá ser comunicado aos serviços da Divisão de Ambiente, de Transportes e Oficinas, para o email dato@cm-loule.pt, por forma a que o prazo seja dilatado mediante autorização expressa da entidade adjudicatária.

f) Quanto ao Fator Prazo de Garantia das Reparações, incluindo as peças e acessórios (5%):

$L_{sup}=$	Limite superior da pontuação	5
$L_{inf}=$	Limite inferior da pontuação	1
$F_x=$	Quantidade apresentada	Variável
$F_a=$	Maior valor considerável	36 Meses
$F_b=$	Menor valor considerável	12 Meses

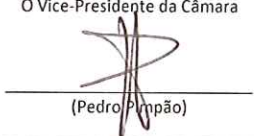
(FPGR) Avaliação do Fator Prazo de Garantia das Reparações= $[L_{sup} - ((L_{sup} - L_{inf}) \times (F_x - F_a) / (F_b - F_a))]$ x Ponderação

A Pontuação Final resultará na seguinte fórmula:

$$PF = FP + FPDP + FPDR + FPRO + FPRR + FPGR$$



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

O valor global da avaliação/mérito atribuído a cada proposta decorrerá do somatório da apreciação de todos os fatores, considerando-se a proposta economicamente mais vantajosa, a que comparativamente maior pontuação apresentar.

Em caso de igualdade no valor da avaliação final (PF), prevalecerá a proposta do concorrente que apresentar as seguintes condições, analisadas sequencialmente, somente até que esteja confirmada a diferenciação classificativa:

- a) O mais baixo preço proposto para a mão-de-obra/hora;
- b) A maior percentagem de desconto das peças;
- c) O menor valor de diagnóstico e reset de avarias;
- d) O menor prazo de Resposta de Orçamentação;
- e) O menor prazo de Resposta de Reparação;
- f) O maior prazo de garantia das reparações incluindo as peças e acessórios.

Mantendo-se o empate classificativo, após a diferenciação mencionada no parágrafo acima, para efeitos de adjudicação proceder-se-á a sorteio.

ARTIGO 9º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O adjudicatário deve entregar através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante, no prazo de **5 dias úteis** após a respetiva notificação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos:

a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos (Anexo II do Programa de Procedimento).

b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:

- b1) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, **da pessoa singular ou, no caso de se tratar de pessoa coletiva, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência** que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do nº 1 do artigo 55.º do CCP;
- b2) cópia de documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do nº 1 do artigo 55.º do CCP;
- b3) cópia de documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do nº 1 artigo 55.º do CCP.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas os documentos anteriormente indicados devem ser apresentados por todos os seus membros.

ARTIGO 10º

CAUÇÃO

1. Não é exigida a prestação de caução quando o preço contratual for inferior a € 200.000,00.

2. No caso referido no número anterior pode a Entidade Adjudicante, se o considerar conveniente proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efectuar, se previsto no caderno de encargos.

3. No caso do preço contratual ser igual ou superior a € 200.000,00 deve ser prestada caução que será no valor de 5% do preço contratual.

Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução a prestar pelo adjudicatário é de 10% do preço contratual.

4. O adjudicatário, quando lhe seja exigida, deve prestar a caução no prazo de 10 dias a contar da respectiva notificação, devendo comprovar essa prestação junto da Entidade Adjudicante no dia imediatamente subsequente.

5. A caução, quando exigida, é prestada por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado ou mediante garantia bancária ou seguro caução, conforme escolha do adjudicatário.


Caso o adjudicatário apresente garantia bancária ou seguro-caução, a redacção do documento deverá obedecer ao modelo constante do Anexo III do Programa de Procedimento.

Caso o adjudicatário preste caução mediante depósito em dinheiro ou títulos, deverá fazê-lo numa instituição de crédito, à ordem do Município de Loulé, mediante guia de depósito preenchida pelo próprio em conformidade com o disposto no anexo III do Programa de Procedimento.

6. Todas as despesas derivadas da prestação da caução, quando esta seja exigida, são da responsabilidade do adjudicatário.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

ARTIGO 11º

CONTRATO

O contrato será reduzido a escrito, salvo nos casos de inexigibilidade e dispensa previstos no artigo 95º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 12º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no presente programa de concurso observar-se-á o disposto no Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua versão mais atual e demais legislação aplicável.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

CONCURSO PÚBLICO

**CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (PEÇAS E
ACESSÓRIOS) E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DE
VEÍCULOS PROPRIEDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

ANEXOS – PROGRAMA DE PROCEDIMENTO



Anexo I

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57.º)

1—... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), e se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2— Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a) ...

b) ...

3— Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4— Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

5— O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6— Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7— O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

⁽⁴⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



Anexo II

Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1—... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário (a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2— O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3— O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos de artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura ⁽⁴⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

ANEXO III

Modelo de garantia bancária / seguro-caução

Ex^{mo}. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Loulé

Em nome e a pedido de _____ (*Identificação completa do adjudicatário*), vem o _____ (*Identificação completa da Instituição garante*), pelo presente documento, prestar a favor da Câmara Municipal de Loulé uma garantia bancária /seguro-caução (*eliminar a opção que não interessar*), até ao montante de _____ (*Valor por extenso*), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do procedimento relativo à adjudicação de _____ (*Indicar o objecto da adjudicação*), nos termos e para os efeitos previstos no artigo 88º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a _____ % do valor total da adjudicação acima mencionada e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o Banco /Companhia de Seguros garante (*eliminar a opção que não interessar*), no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objecções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

Data: _____

Assinatura reconhecida: _____



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão do Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente da Câmara

(Pedro Pimpão)

Modelo de guia de depósito

Euro. _____ € _____

Vai _____, residente (ou com sede) em _____,
depositar na (sede, filial, agência) de _____ (nome da instituição) a quantia de (por
extenso) _____ (em dinheiro ou representada por)
_____, como caução exigida para o fornecimento de
_____, para os efeitos dos art.s 88.º e 89.º do Código dos Contratos Públicos.
Este depósito fica à ordem do Município de Loulé, a quem deve ser remetido o respectivo conhecimento.